

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469845439>

A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: Da abertura ao silenciamento em torno da temática

Luciane da Silva Vicente

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5559>

Submetido em: 2023-02-11

Postado em: 2023-03-09 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS DIFERENTES VERSÕES DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: DA ABERTURA AO SILENCIAMENTO EM TORNO DA TEMÁTICA

LUCIANE DA SILVA VICENTE¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6610-9506>
<lusivisv@hotmail.com.br>

¹ Universidade Nove de Julho. São Paulo (SP), Brasil.

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo analisar as perspectivas de educação sexual prescritas em diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e apresentar a percepção de professores sobre contexto de narrativas e disputas que intermediaram sua construção. A educação sexual foi tema amplamente debatido e contemplado nas versões preliminares da BNCC. No entanto, a atuação incisiva das bancadas políticas conservadoras, culminou na retirada dos conceitos de gênero e de orientação sexual, deixando de evidenciar dimensões importantes no documento final. Compreende-se que a omissão dessas questões nos referenciais curriculares favorece a persistência da intolerância contra a diversidade sexual e enfraquece o combate ao preconceito e discriminações arraigados em nossa sociedade. No que se refere metodologia, adotou-se a abordagem qualitativa, que inclui como procedimento: pesquisa bibliográfica, análise documental e de um conjunto de entrevistas com professores que atuam no ensino fundamental para coleta de dados. Para análise dos dados buscamos a articulação entre as técnicas de pesquisa qualitativa e a Análise do Discurso, orientada pelo ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe.

Palavras-chave: Educação Sexual; BNCC; Abertura; Silenciamento; Percepção de professores.

SEX EDUCATION IN THE DIFFERENT VERSIONS OF THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASE: FROM OPENING TO SILENCING AROUND THE THEME

ABSTRACT: This study aims to analyze the perspectives of sex education prescribed in different versions of the National Common Curricular Base (BNCC) and to present the perception of teachers about the context of narratives and disputes that intermediated its construction. Sex education was a widely debated topic and contemplated in the preliminary versions of the BNCC. However, the incisive action of conservative political groups culminated in the removal of the concepts of gender and sexual orientation, failing to highlight important dimensions in the final document. It is understood that the omission of these issues in the curricular references favors the persistence of intolerance against sexual diversity and weakens the fight against prejudice and discrimination rooted in our society. With regard to methodology, a qualitative approach was adopted, which includes as a procedure: bibliographic research, document analysis and a set of interviews with teachers who work in elementary education for data collection. For data analysis, we sought to articulate qualitative research techniques and Discourse Analysis, guided by the policy cycle formulated by Stephen Ball and Richard Bowe.

Keywords: Analysis, guided by the policy cycle formulated by Stephen Ball and Richard Bowe.

LA EDUCACIÓN SEXUAL EN LAS DISTINTAS VERSIONES DE LA BASE CURRICULAR NACIONAL COMÚN: DE LA APERTURA AL SILENCIO EN TORNO AL TEMA

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo analizar las perspectivas de la educación sexual prescritas en diferentes versiones de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y presentar la percepción de los profesores sobre el contexto de narrativas y disputas que intermediaron su construcción. La educación sexual fue un tema ampliamente debatido y contemplado en las versiones preliminares de la BNCC. Sin embargo, la acción incisiva de los grupos políticos conservadores culminó con la eliminación de los conceptos de género y orientación sexual, dejando de resaltar dimensiones importantes en el documento final. Se entiende que la omisión de estos temas en las referencias curriculares favorece la persistencia de la intolerancia contra la diversidad sexual y debilita la lucha contra los prejuicios y discriminaciones arraigados en nuestra sociedad. En cuanto a la metodología, se adoptó un enfoque cualitativo, que incluye como procedimiento: investigación bibliográfica, análisis de documentos y un conjunto de entrevistas con docentes que actúan en la educación básica para la recolección de datos. Para el análisis de datos, buscamos articular técnicas de investigación cualitativa y Análisis del Discurso, guiados por el ciclo de políticas formulado por Stephen Ball y Richard Bowe.

Palabras clave: Educación sexual; BNCC; Apertura; silenciando; Percepción de los profesores.

INTRODUÇÃO

Esse estudo teve como ponto de partida as indagações surgidas em momentos da trajetória acadêmica da pesquisadora na participação em debates que intermediaram a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesses momentos, as controvérsias sobre a inclusão/exclusão das questões de gênero e sexualidade nas versões preliminares da BNCC ganhava espaço na mídia, mostrando como o discurso conservador procurava construir uma narrativa definindo as questões de gênero e sexualidade como *os grandes inimigos a serem combatidos pelas famílias nas escolas*.

Essa onda de censura que remonta as primeiras discussões de elaboração do segundo Plano Nacional de Educação (projeto de lei nº 8.035/2010), perpassa por uma explosão discursiva na ocasião da implementação do *Projeto Escola sem Homofobia* e, mais recentemente no processo de aprovação da BNCC, tem conseguido retroceder conquistas importantes no campo dos direitos humanos obtidas nas últimas décadas, aprofundando sobremaneira as desigualdades sociais.

Percebendo o quanto essas formulações discursivas poderiam impactar no cotidiano das escolas, que são diariamente desafiadas por questões de gênero e sexualidade, tal cenário foi convertido em projeto de pesquisa que, dentre outras finalidades, visou investigar a educação sexual materializada nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental no atual contexto de disputas de narrativas e de discursos.

Tal perspectiva derivava de dois elementos fundamentais: a relevância e interesse que o tema possui no contexto educacional. Relevância por se tratar de tema cujas políticas educacionais são fundamentais para transformar o debate sobre a sexualidade, permitindo sua compreensão como fenômeno humano, que se manifesta de formas distintas e que não podem estar sujeitos a determinismos morais universais. Interesse por fazer parte da minha atuação profissional.

Atuando como professora há pouco mais de vinte anos na rede pública de ensino, pude constatar cotidianamente como a ausência da perspectiva da educação sexual no currículo das escolas impacta na aprendizagem, na aceitação das diferenças e no respeito à diversidade sexual.

Não discutir esses temas em sala de aula é caminhar em direção oposta do que se compreende por educação nos dias atuais. Ao contrário do que pregam estes discursos ultraconservadores e repressores

trabalhar gênero nas escolas significa refletir sobre: as desigualdades entre homens e mulheres e as implicações negativas dessas desigualdades, para ambos; a responsabilidade, tanto do homem ou rapaz, quanto da mulher ou garota, na prevenção de gravidez e da contaminação por DST; o alto índice de discriminação e violência contra a mulher e contra as minorias raciais, religiosas e sexuais; e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Significa também

conscientizar a respeito dos direitos humanos, dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e dos diversos tipos de família. Trabalhar Gênero nas escolas é ajudar a compreender a opressão exercida sobre os homens (homem não chora, etc), é educar para o respeito à diversidade, de modo a eliminar todo tipo de preconceito e discriminação, seja racial, sexual ou de religião, entre outros, e é educar para superar o machismo e o sexismo (a divisão: isto é de homem, isto é de mulher) (FIGUEIRÓ, 2016, p. 2).

Em contrapartida, a invisibilidade da temática nos currículos escolares é proposta e incentivada por aqueles, que ignoram o princípio laico da Educação. Os estereótipos da cultura machista, sexista, misógina e opressora só poderão ser ultrapassados se a educação sexual nas escolas estiver canalizada para a superação da desigualdade, para a promoção do respeito à diversidade e que possibilite aos estudantes expor seus sentimentos, dúvidas e medos com relação a esses temas (FIGUEIRÓ, 2018).

Em face ao exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar as perspectivas de educação sexual prescritas em diferentes versões da BNCC e apresentar a percepção de professores sobre contexto de narrativas e disputas que intermediaram sua construção.

INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE COLETA E DE ANÁLISE DE DADOS

No que se refere metodologia, adotamos a abordagem qualitativa, que inclui como procedimento: pesquisa bibliográfica, análise documental e de um conjunto de entrevistas com professores que atuam no ensino fundamental para coleta de dados. Para interpretação dos dados, empregamos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa desenvolvida por Michel Pêcheux, orientada pelo ciclo de políticas formulado por Stephen Ball e Richard Bowe.

De acordo com Orlandi (2010) a escola francesa de AD, atua a partir de três eixos teóricos principais: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Trabalha a língua, o discurso, a ideologia e como essas categorias se relacionam para se resignificar. Procura compreender os sentidos produzidos pelos sujeitos interpelados no contexto sócio-histórico e fornece ferramentas para acessar os mecanismos ideológicos, de certa forma silenciados, expondo suas articulações de produção de sentidos ao desvelar o invidente (ORLANDI, 2010).

A abordagem do ciclo de políticas é um método para análise de políticas educacionais, atualmente concebido por cinco eixos que se articulam mutuamente: a) contexto de influência; b) contexto da produção do texto; c) contexto da prática; d) o contexto dos resultados; e) o contexto da estratégia política (MAINARDES, 2006).

O contexto de influência, afirma o mesmo autor, é o local onde normalmente as políticas públicas são empreendidas, os discursos políticos são arquitetados e as disputas sobre as finalidades sociais da educação adquirem legitimidade. Já o contexto da produção do texto, refere-se aos textos políticos resultantes de disputas e acordos entre os grupos que elaboram as políticas. O contexto da prática diz respeito às condições de cada instituição para implementar determinadas políticas, que variam conforme as especificidades locais. O contexto dos resultados refere-se às mudanças que ocorrem na prática e na estrutura da escola, assim como, às condições de acesso, igualdade e justiça social. E finalmente, o contexto da estratégia política compreende as atividades sociais e políticas que podem ser desenvolvidas para lidar com as desigualdades geradas pela política investigada (MAINARDES, 2006).

Diferentemente do que prevê a legislação, as escolas também se configuram como instâncias de formulação de políticas. Tanto ao imprimirem significados próprios às políticas governamentais, quanto ao usarem sua autonomia para definirem suas próprias ações. Nessa direção, este estudo está inserido na lógica denominada por Ball de contexto da prática.

A pesquisa contou com a participação de oito professores que atuam na rede pública Estadual e Municipal de São Paulo. Em razão da pandemia do coronavírus as entrevistas foram realizadas por aplicativo de videoconferência e ocorreram entre os meses de setembro e outubro de 2020. A opção

por oito professores se deu em virtude dos anos finais do ensino fundamental possuir oito componentes curriculares distintos e obrigatórios em sua grade curricular.

Os professores estão nomeados pela letra P, seguidos por números de 1 a 8 (P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8), sendo os respectivos números atribuídos conforme a sequência em que as entrevistas foram efetivadas. Fizeram parte desse estudo cinco docentes do sexo feminino (P3, P4, P5, P6 e P8) e três do sexo masculino (P1, P2 e P7). Todos os participantes dessa pesquisa são professores efetivos na Rede Estadual e/ou na Rede Municipal de São Paulo. Com exceção do P2, da P4 e da P5 que não acumulam cargo, os demais docentes possuem uma dupla jornada de trabalho entre a rede Estadual e a rede Municipal de São Paulo ou com outra rede.

O quadro 1 traz a caracterização do perfil dos professores participantes do estudo, com as seguintes informações: sexo, nível de formação, tempo de atividade docente e quantidade de turmas que possui atualmente

Quadro 1 – Perfil dos professores entrevistados

Professor	Sexo	Formação inicial (graduação)	Formação complementar	Tempo de atividade docente	Rede de ensino em que atua	Nível das turmas em que leciona	Carga horária de trabalho semanal
P1	M	Matemática / Ciências contábeis / Pedagogia	Magistério / Especialização em Ensino de Matemática	5 anos	Municipal	4º, 6º, 7º 8º, 9º ano do EF	70 horas
P2	M	Ciências biológicas	-	10 anos	Estadual	6º e 7º EF	40 horas
P3	F	História	Formação sindical (APEOESP)	25 anos	Estadual / Municipal	6º, 8º, 9º ano do EF	60 horas
P4	F	Letras (português – espanhol)	-	03 anos	Municipal	9º ano do EF	30 horas
P5	F	Educação artística	-	11 anos	Estadual	7º, 8º, 9º ano do EF e 2º ano do EM.	40 horas
P6	F	Letras (português – Inglês) / Pedagogia	Especialização: psicopedagogia; mídias em educação; gestão da aprendizagem / Mestrado em educação	03 anos	Estadual / Municipal	2º ano do EM; 1º ao, 9º ano do EF e	60 horas
P7	M	Educação física	Grupo de estudos de educação física escolar (USP)	10 anos	Estadual / Municipal	3º, 5º, 8º e 9º ano do EF	40 horas
P8	F	Geografia / Pedagogia	Especialização em Educação em foco e em psicopedagogia	11 anos	Municipal	6º e 9º ano do EF	70 horas

Fonte: Elaborado pela autora

Em termos de formação profissional, verifica-se que todos os entrevistados possuem licenciatura plena nas respectivas áreas em que atuam, sendo que, quatro dos entrevistados (P1, P3, P6 e P8) possuem pelo menos uma formação complementar em nível de graduação ou especialização. Quanto à formação continuada, o fator tempo foi mencionado por seis dos entrevistados como o fator predominante da não ampliação da sua participação em cursos de aperfeiçoamento na área da educação.

Tardif (2014) argumenta que os saberes que servem de base para ao ofício de professor são constituídos de elementos que antecedem a formação inicial. Para o autor, os saberes que alicerçam o trabalho dos professores possuem relação com a identidade, com a experiência de vida e com o ciclo social de convivência do docente.

Por isso, no âmbito da organização do trabalho escolar, o que um professor sabe depende também daquilo que ele não sabe, e, daquilo que se supõe que ele não saiba, daquilo que os outros sabem em seu lugar e em seu nome, dos saberes que os outros lhe opõem ou lhe atribuem (TARDIF, 2014, p. 13).

Em outras palavras, o saber dos professores é um saber social, incorporado no contexto da socialização profissional e progressivamente modificado em função dos condicionantes sociais (imposição da cultura dominante, inculcação de ideologias pedagógicas, lutas profissionais) na maioria das vezes, influenciados por fatores externos à escola (TARDIF, 2014).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NOS REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS

A implantação da educação sexual nos referenciais curriculares nacionais ocorre na década de 1990, devido às modificações no comportamento sexual da população a partir da década de 1980. As crescentes taxas de gravidez indesejada entre as adolescentes e os riscos de contaminação do HIV, ambos decorrentes do desconhecimento ou da falta de informações precisas a respeito de tais temáticas, revelavam a necessidade de implementar ações preventivas mais eficazes, sendo a escola um local propício para esta finalidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram a primeira iniciativa do Ministério da Educação voltada para inclusão de questões relativas à sexualidade nas escolas brasileiras. A *Orientação Sexual* – termo utilizado pelos psicólogos que participaram da elaboração dos PCN – é oficializada nos currículos escolares e apresentada para ser incorporada em todas as áreas do conhecimento, de forma integrada e transversal a todas elas.

A introdução da educação sexual emerge em meio a um conjunto de mudanças impelidas pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 e de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, reforçadas por compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro na Conferência do Cairo, realizada em 1994 e na Conferência de Pequim, realizada em 1995.

Tanto a Conferência do Cairo quanto a Conferência de Pequim resultou em acordos mundiais para melhorar a vida da população. Dentre os compromissos firmados na Conferência do Cairo, o Brasil se comprometeu com a promoção da igualdade de gênero, eliminação da violência contra as mulheres, garantia dos direitos reprodutivos e redução da mortalidade materna e infantil. Na Conferência de Pequim colocou-se em pauta os entraves à participação das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada, com vistas a ascensão nas áreas da pobreza, educação, saúde, economia, tomada de decisão, mídia e meio ambiente.

É nesse contexto, sob influência das agências multilaterais internacionais, que o governo brasileiro lança os Parâmetros Curriculares Nacionais e oficializa a inclusão da *Orientação Sexual* no currículo das escolas. Nos PCN a *Orientação Sexual* tem como premissa transmitir conteúdos que versam sobre o corpo, o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados nos relacionamentos.

A educação sexual “se constitui em um espaço para se debater questões de sexualidade a partir de um viés didático, científico, acadêmico” (RIBEIRO, 2013, n. p.), dentre as quais estão incluídos conhecimentos relativos à anatomia e fisiologia humana, relações de gênero, direitos sexuais e cidadania.

Os PCN lançaram as bases para que a educação sexual fosse implementada nas escolas de forma transversal, mas não houve por parte dos órgãos governamentais investimento na formação de professores para que a temática se consolidasse no meio educacional.

Na primeira década dos anos 2000, as ações implementadas pelo governo brasileiro no campo da sexualidade foram decorrentes de movimentos sociais¹ que despontaram no final da década de 1970 e de políticas públicas empreendidas ao longo dos oito anos de mandato do governo Lula (2003-2011) que produziram mudanças de concepções a respeito da diversidade sexual.

Dentre as medidas previstas para combater o preconceito contra a diversidade sexual, destaca-se o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), e o *Projeto Escola sem Homofobia* (ESH) que ocorreu por meio de convênios firmados pelo MEC com algumas ONGs. O ESH além de enfatizar a formação de educadores para tratar questões relacionadas ao gênero e à sexualidade reuniria um conjunto de materiais didáticos a serem distribuídos nas escolas públicas, denominado de Kit Anti-Homofobia.

O Kit Anti-Homofobia, pejorativamente apelidado de *kit gay* por seus detratores, constituía-se de instrumentos didático-pedagógicos que intentavam desconstruir estereótipos sobre a população LGBTQIAP+ e estabelecer um convívio democrático com as diferenças.

Desenvolvido ao longo de dois anos, o Kit seria composto por um conjunto de materiais didáticos incluindo: *Boletins* (Boletins Escola sem Homofobia), cartaz de divulgação, carta de apresentação para gestores/as e educadores/as, Caderno (Escola sem Homofobia) e Recursos Audiovisuais: Medo de Quê? Boneca na Mochila, Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade. (OLIVEIRA JÚNIOR e MAIO, 2017, p. 133).

Na ocasião da exposição do material, o discurso contestador em tom de deboche do então Secretário de Educação André Lázaro no momento em que discursava aos congressistas, representantes de entidades de apoio à confecção do material, instigou bancadas políticas e sociedade civil a agirem de forma contrária à adoção do Kit Anti-Homofobia.

A partir de então uma explosão discursiva na mídia digital e televisiva passou a chamar a atenção da sociedade para os perigos do suposto material pedagógico produzido pelo MEC incentivar práticas homoafetivas. Até mesmo as pessoas que não tiveram acesso ao material, reproduziam o discurso do parlamentar, afirmando que o referido Kit ensinava as pessoas a serem homossexuais (FURLANI, 2011a).

Apesar do investimento de 1, 8 milhões na confecção materiais para as escolas, pesquisas, seminários e atividades de formação contínua para professores, o governo cedeu às pressões e suspendeu a distribuição do material. Na ocasião, a presidente Dilma Russef argumentou que *não é papel do governo fazer propaganda de opções sexuais* (FURLANI, 2011b).

De igual modo, no processo de aprovação da BNCC as questões de gênero e sexualidade sofreram forte resistência de setores ultraconservadores e da bancada evangélica na câmara, culminando na supressão de termos que promovessem a visibilidade e os direitos da população LGBTQIAP+. As inclusões e retiradas desses termos nas diferentes versões da BNCC serão problematizadas no tópico seguinte.

A perspectiva da Educação Sexual nas versões da BNCC

A divulgação da primeira versão da BNCC se deu num contexto político no qual se acirravam as disputas que resultou no processo de impeachment da presidente Dilma Rouseff. Na ocasião, o tema do currículo foi amplamente difundido pela mídia e predominavam discussões em que se evidenciava o entendimento que

os direitos sociais, políticos e éticos e à formação integral dos sujeitos seriam o norte de seu processo de construção e que, sendo a base um parâmetro para inspirar currículos, esta deveria se pautar na busca pela equidade, no acolhimento à diversidade e nos acordos e documentos que já tinham sido produzidos para a Educação Básica (MICARELLO; FRADE, 2016).

Neira et al (2016) observam que a primeira versão da BNCC foi elaborada por uma equipe composta por docentes indicados pelo CONSED, pela UNDIME e por profissionais de 35

¹ Refere-se ao Movimento LGBT Brasileiro e Movimento Negro Unificado que nesta época articulavam-se pela defesa da visibilidade e pela luta por direitos civis (FACHINI, 2011).

universidades. Para estabelecer um diálogo com as atuais correntes da teorização curricular e produzir um documento que incorporasse a diversidade cultural, religiosa, de gênero etc., a equipe se baseou nos currículos estaduais e do Distrito Federal (NEIRA et al, 2016). Para contemplar as necessidades educativas locais:

Trabalhou-se, como referência, com um parâmetro de que a BNCC ocupasse no máximo 60% da carga horária de cada componente, sendo os outros 40% reservados à parte diversificada, de responsabilidade dos sistemas de ensino (VALLADARES et al, 2016, p. 9).

No processo de elaboração do documento, ocorreram manifestações legítimas de discordâncias quanto ao que se considerava essencial, secundário e fundamental em matéria de conhecimentos. Para os grupos conservadores, os textos da BNCC estavam muito aquém do que seria necessário em termos de obtenção de conhecimentos. Os grupos progressistas também se posicionaram contrários ao documento e criticaram o encolhimento da proposta, na qual não se mostrou qualquer intenção mercadológica ou às políticas neoliberais (NEIRA et al, 2016).

No tocante à sexualidade e às questões de gênero, a primeira versão da BNCC vislumbrava a possibilidade de abordar essas temáticas em diversas etapas e áreas do conhecimento. Conforme se verifica no quadro 2, termos equivalentes à tais temáticas são amplamente difundidos em diversas passagens do documento:

Quadro 2 – A educação sexual na primeira versão da BNCC

BNCC PRIMEIRA VERSÃO		
Componente curricular Etapa / ano	Localização	Menções relativas aos termos gênero e/ ou sexualidade
Educação Infantil	Princípios orientadores	[...] Em função disso, o foco do trabalho pedagógico deve incluir a formação pela criança de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, de classe social das pessoas , apoiando as peculiaridades das crianças com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com transtornos de desenvolvimento (BRASIL, 2015, p.19).
Arte	Objetivos de aprendizagem do componente curricular	Conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades (BRASIL, 2015, p.86).
Educação Física 1º, 2º e 3º anos Ensino Fundamental	Objetivos de aprendizagem do componente curricular	Realizar brincadeiras e jogos presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo as diferenças de gênero , étnico-raciais, religiosas, de classe social e de aparência e/ou desempenho corporal. Realizar rodas cantadas , brincadeiras rítmicas e danças presentes na cultura comunitária a partir de princípios da justiça, equidade e solidariedade, com ênfase para as relações igualitárias e de gênero . (BRASIL, 2015, p. 101)
Educação Física 4º e 5º anos do Ensino Fundamental	Objetivos de aprendizagem do componente curricular	Contribuir de maneira solidária, na resolução coletiva das problemáticas vividas nas brincadeiras e jogos, reconhecendo as diferenças de gênero , etnia, religião, classe social, aparência e desempenho corporal, com base nos princípios de justiça, equidade e solidariedade. (BRASIL, 2015, p. 102) Identificar e analisar situações nas quais se evidenciam ações discriminatórias de qualquer natureza, tais como de gênero , de classe social, de origem étnico-racial, de cunho religioso e de aparência corporal nas danças pertencentes à cultura, região e do estado. (BRASIL, 2015, p. 103)
Educação Física	Objetivos de aprendizagem	Envolver-se e cooperar na produção de contextos de prática esportiva balizados por princípios de equidade e solidariedade,

1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio	do componente curricular	procurando oportunizar a participação e fruição de todos, independentemente do nível de desempenho, gênero ou qualquer outra característica (BRASIL, 2015, p. 111)
Ciências 9º ano Ensino Fundamental	Unidades de conhecimento e objetivos de aprendizagem	Compreender as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentais ocorridas no processo de puberdade. Exemplo: Reconhecer mudanças no organismo que ocorrem com a adolescência; reconhecer responsabilidades decorrentes de tais mudanças, relacionadas a comportamentos sociais e à sexualidade (BRASIL, 2015, p. 182).
Biologia	Fundamentos do componente no Ensino Médio	[...] Pode-se dizer que o jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; (BRASIL, 2015, p.187).
Biologia 2º ano Ensino Médio	Unidades de conhecimento e objetivos de aprendizagem	Compreender que o fenótipo resulta de complexas relações entre processos genéticos, epigenéticos e ambientais [...] A partir desse ponto poderão ser discutidas questões sobre características humanas, tais como, as diferentes explicações para homossexualidade; ou os resultados de experimentos com gêmeos idênticos que se desenvolveram em ambientes culturais e sociais distintos. (BRASIL, 2015, p. 200)
Sociologia 2º ano Ensino Médio	Objetivos de aprendizagem	Compreender a perspectiva socioantropológica sobre sexo, sexualidade e gênero (BRASIL, 2015, p. 300).

Fonte: Elaborado pela autora

Da primeira para a segunda versão da BNCC houve significativas mudanças. No que concerne a abordagem das questões de gênero e sexualidade, o quadro 3 evidencia que a segunda versão amplia a quantidade de informações e de esclarecimentos a respeito dessas temáticas nas três etapas de escolarização e nos enunciados dos objetivos de aprendizagem de diversas áreas do conhecimento:

Quadro 3 – A educação sexual na segunda versão da BNCC

BNCC SEGUNDA VERSÃO		
Componente curricular Etapa / ano	Localização	Menções relativas aos termos gênero e/ ou sexualidade
Educação Infantil	Texto introdutório	O corpo expressa e carrega consigo não somente características e físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, a etnia ou raça, a classe, a religião e a sexualidade (BRASIL, 2016, p.70).
Biologia Ensino Médio	Estrutura do componente	[...] O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma serie de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; (BRASIL, 2016, p.150).
Arte 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental	Objetivos de aprendizagem	Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2016, p. 237). Refletir sobre as experiências teatrais, desenvolvidas em aula, de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2016, p. 239).

Arte 6º ao 9º ano Ensino Fundamental		Apropriar-se dos diversos conceitos e procedimentos de dança de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2016, p. 397). Refletir sobre as experiências teatrais desenvolvidas em aula de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade . (BRASIL, 2016, p. 399).
Arte Ensino Médio		Refletir sobre aspectos filosóficos, éticos, sociais, midiáticos e políticos que emergem da prática da dança, tendo como foco as questões do corpo, das crenças, de gênero e da sexualidade (BRASIL, 2016, p. 545).
Ensino Fundamental Anos finais	Fundamentos	Nesse período de vida, os/as estudantes modificam os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes a sexualidade e as relações de gênero , acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” (BRASIL, 2016, p. 321).
Língua Estrangeira Ensino Fundamental Anos finais	Fundamentos	Nesse período da vida, os/as estudantes modificam os vínculos sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade, a construção de valores próprios e as aprendizagens referentes a sexualidade e as relações de gênero (BRASIL, 2016, p. 368).
Ciências Ensino Fundamental 8º ano	Objetivos de aprendizagem	(EF08CI09) Relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana , que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade (BRASIL, 2016, p. 447).
Ensino religioso Ensino Fundamental 9º ano	Objetivos de aprendizagem	Elaborar questionamentos referentes a existência humana e as situações limites que integram a vida, articulados as questões socioambientais, geopolíticas, culturais, religiosas, de gênero e sexualidade, dentre outras (BRASIL, 2016, p. 485).
Biologia Ensino Médio	Fundamentos	O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; (BRASIL, 2016, p.597).

Fonte: Elaborado pela autora

Em síntese, a segunda versão da BNCC, apresenta uma proposta na qual as vozes de diversos segmentos sociais em diferentes regiões do país puderam argumentar a favor das suas convicções e pleitear a inclusão de políticas afirmativas adotadas pelo Estado em outras áreas com características e escopo diferenciados.

Como se observa no quadro 4, a análise da terceira versão aponta ajustes nos textos introdutórios do documento, amplia as menções relativas a gênero e/ ou sexualidade em componentes curriculares não mencionados nas versões anteriores, como geografia e história e, ao mesmo tempo elimina a menção explícita desses termos da Educação Infantil, dos componentes de Educação Física, Ensino Religioso, e Língua estrangeira.

Quadro 4 – A educação sexual na terceira versão da BNCC

BNCC TERCEIRA VERSÃO		
Componente curricular Etapa / ano	Localização	Menções relativas aos termos gênero e/ ou sexualidade

Educação básica	Texto introdutório	Assim, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos , garantindo que todos possam aprender. (BRASIL, 2017a, p. 11) Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social , educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural [...] (BRASIL, 2017a, p. 13)
Educação básica	Competências gerais	9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza , reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer (BRASIL, 2017a, p. 19)
Ensino Fundamental	Fundamentos	[...] Nesse período de vida, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações [dos estudantes] com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios” [...] (BRASIL, 2017a, p. 56)
Arte 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	Habilidades	Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros contextos, de modo a problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade (BRASIL, 2017a, p. 165)
Ciências 8º ano do Ensino Fundamental	Habilidades	Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de orientação sexual. (BRASIL, 2017a, p. 301)
Geografia Ensino Fundamental	Competências específicas	6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo (BRASIL, 2017a, p. 318)
História 9º ano do Ensino Fundamental	Habilidades	Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões de gênero no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema (BRASIL, 2017a, p. 379) Avaliar as dinâmicas populacionais e as construções de identidades étnico-raciais e de gênero na história recente (BRASIL, 2017a, p. 381)

Fonte: Elaborado pela autora

Nas versões da BNCC até aqui apresentadas, havia não somente menções aos termos *gênero*, *orientação sexual* e as múltiplas dimensões da *sexualidade* como também uma visão mais crítica e reflexiva sobre a diversidade sexual.

No entanto, com a justificativa de que a temática de gênero provocara muita controvérsia, o MEC eliminou da versão oficial os termos *gênero* e *orientação sexual* e se comprometeu, posteriormente, elaborar um documento com orientações específicas sobre os temas por hora suprimidos.

Conforme verifica-se no quadro 5, na versão da oficial da BNCC a menção explícita da temática *sexualidade* sobrevém muito timidamente apenas no componente de ciências e restrita ao contexto do oitavo ano do Ensino Fundamental:

Quadro 5 – A educação sexual na versão oficial da BNCC

BNCC VERSÃO OFICIAL		
Componente curricular Etapa / ano	Localização	Menções relativas aos termos gênero e/ ou sexualidade
Ciências Ensino Fundamental 8º ano	Habilidades	Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017b, p. 349).

Fonte: Elaborado pela autora

A análise do quadro acima denota uma série de retrocessos, principalmente quando comparada com as diretrizes preconizadas pelos PCN. Enquanto em 1997 os Parâmetros Curriculares de Orientação Sexual são oficializados para ser implementados nos currículos escolares, decorridos vinte anos o quadro revela um profundo cerceamento em torno dessa temática.

Os conhecimentos sobre os aspectos anatômicos e fisiológicos da reprodução humana, embora sejam de suma importância, não são suficientes para proporcionar uma intervenção sistemática, capaz de modificar atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes com relação à sexualidade. A nosso ver, um processo educativo comprometido com a educação sexual, não pode ser somente cognitiva, dado que o social e as questões emocionais intervêm nesse processo.

As habilidades a serem desenvolvidas sobre questões relativas à sexualidade estão esquematizadas da seguinte forma:

(EF08CI08) **Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade** considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) **Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).**

(EF08CI10) **Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST** (com ênfase na AIDS), e **discutir estratégias e métodos de prevenção.**

(EF08CI11) **Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana** (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017b, p. 348 – 349).

Embora a última habilidade mencione a necessidade de evidenciar *as múltiplas dimensões da sexualidade humana*, a análise da BNCC em sua integralidade revela uma perspectiva de educação sexual centrada na dimensão biológica com vistas a minimizar problemas de saúde pública.

De acordo com a apuração do portal De Olho nos Planos “das 235 contribuições enviadas por escrito à 3ª versão da Base, 75 citam explicitamente ‘gênero’ e/ou ‘orientação sexual’, sendo 23 contrárias e 51 favoráveis à inclusão dos temas” (DE OLHO NOS PLANOS, 2018, n.p.).

Mesmo com a maioria das contribuições a favor da inclusão dos referidos temas nos referenciais curriculares, na versão oficial do documento, os trechos que defendiam o respeito à diversidade de indivíduos com relação às diferenças de sexo, identidade de gênero e de orientação sexual foram banidos de todos os componentes curriculares que traziam essa menção.

Para Ximenes (2017) não houve transparência nos debates que culminaram a versão oficial da BNCC. Segundo mesmo autor, a versão sigilosa da BNCC enviada pelo MEC para ser homologada, incorporou o viés conservador dos projetos de lei do Movimento *Escola sem Partido* que culminou na

exclusão das discussões de gênero e sexualidade nas escolas. Supor que essas temáticas são levadas para a escola para incutir a homossexualidade nos alunos é demonstrar total desconhecimento do contexto escolar e de seus conflitos, que existem justamente porque a escola é plural e diversa (SOUZA e OLIVEIRA, 2017).

A pressão desses grupos pelo silenciamento do professor, possivelmente supondo que ao não se discutir essas questões elas não adentrarão a escola, trata-se, conforme Louro (1997), de uma presunção utópica, dado que a sexualidade quer queira quer não está literalmente estampada na vida das crianças e dos jovens.

Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula — assumidamente ou não — nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes. (LOURO, 1997, p 135).

A compreensão de como as relações de gênero se constroem e se estabelecem em nossa sociedade é de fundamental importância para qualquer proposta de organização curricular. Esses temas precisam adentrar nas escolas porque fazem parte da sociedade. Isto posto, não resta dúvida sobre a grande contribuição dessas reflexões para o aprendizado de valores e atitudes que contribuam para a superação da alienação humana.

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE CONTEXTO DE NARRATIVAS E DISPUTAS QUE INTERMEDIARAM A CONSTRUÇÃO DA BNCC

No âmbito político, o campo da educação sexual tem sido objeto de intensas disputas ideológicas, em que a presença de grupos conservadores tem conseguido retroceder conquistas importantes alcançadas no campo educacional nas últimas décadas.

A invenção da *ideologia de gênero* e sua suposta *ameaça* à família tradicional cristã tem sido um dos focos de convencimento desses grupos para barrar a discussão de temas correlatos a gênero e diversidade sexual nas escolas, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais.

Entre os objetivos dessas ofensivas adquire centralidade as disputas acerca da definição dos currículos da educação básica, especificamente, pela importância que possuem na definição das políticas de formação de professores e de organização do espaço escolar.

Conforme reportamos anteriormente, essa onda de censura remonta as primeiras discussões de elaboração do segundo Plano Nacional de Educação (projeto de lei nº 8.035/2010), perpassa por uma explosão discursiva na ocasião da apresentação do Kit Anti-Homofobia e, mais recentemente nos debates que intermediaram a construção da Base Nacional Comum Curricular.

Nessas ocasiões, as narrativas ideológicas repercutiram no cenário nacional, provocando debates incisivos na sociedade brasileira, resultando na retirada de tópicos concernentes a diversidade de gênero/sexual na versão oficial da BNCC. Na versão homologada a sexualidade está mantida muito timidamente apenas no componente de ciências e restrita ao contexto do oitavo ano do Ensino Fundamental.

Com a não menção explícita dos termos *gênero* e *orientação sexual*, disseminou-se a ideia de que se não estão contemplados na base, esses temas não poderiam ser abordados em sala de aula, culminando numa atmosfera de censura e de silenciamento em torno de tais temáticas.

Com relação a essa discussão, foi unânime nos depoimentos dos professores entrevistados a associação entre o retrocesso às pautas de sexualidades e igualdade de gênero nos currículos e a presença de grupos religiosos conservadores nos espaços decisórios do Estado brasileiro.

Para a P3 e a P6 o atual cenário de retrocesso político coloca em risco vários avanços sociais:

De verdade é um grande retrocesso que a sociedade brasileira tá passando né, em nome de um conservadorismo né que é muito ruim porque ele é arraigado nas questões religiosas, então a gente tem um grupo religioso que tá acendendo nas questões econômicas, aliás, já acendeu né, já são poderosos, já tem controle da economia, mas que querem também se apropriar das

decisões políticas e pra isso eles levantaram uma bandeira da moral e do conservadorismo que atravessa todas aquelas políticas de desenvolvimento que o Brasil tava tendo (P3).

Eu entendo que essas discussões elas têm muito a ver com o grande avanço das igrejas neopentecostais em nossa sociedade, basicamente isso. (...) Eles querem colocar essas discussões dentro do processo democrático, isso é perfeitamente aceitável, não estou questionando isso, o problema é que os outros grupos não estão mais ganhando esse debate (P6).

Em seus argumentos a P8 chama a atenção para o fato das imposições de moralidades religiosas não estarem em consonância com os ideais de uma sociedade igualitária:

(...) eu vejo essa intromissão toda como parte de uma base ideológica mesmo que têm outros princípios, outros preceitos que não a... que não condiz com a liberdade de falar sobre educação sexual né, que inclusive pra mim vai contra até a questão do Estado laico. Eu acho que essa opressão está muito ligada a quem está no poder nesse momento sabe? Essa onda de conservadorismo, essa coisa toda. Tem cara ideológica, representa muito o pensamento de quem está no poder nesse momento que pra mim esse pensamento não está de acordo com as demandas de uma sociedade livre e educada em todos os aspectos (P8).

O P7 associa o atual cenário de retrocesso político instaurado no Brasil aos discursos proferidos pelo atual presidente, em diversos momentos da sua carreira política:

Vai muito do momento que a gente tá vivendo né, do presidente que foi eleito, dos discursos que são aí suspensos na sociedade né, de que ser gay é um crime né, em fim, eu acho que vai muito ao encontro dessas discussões (P7).

Seja por meio de palestras, seja por meio da divulgação de vídeos na internet, desde a época em que exerceu seus mandatos como deputado federal (1991 - 2018), o atual governo se posicionava contra a qualquer política pública que incorporasse a abordagem de questões de gênero e sexualidade na esfera pública e no âmbito da educação. A influência dessas produções discursivas enunciadas pelo presidente eleito é também mencionada pela P5 ao comentar sobre a censura que gerou polêmica na inclusão/exclusão das questões de gênero e sexualidade nas versões da BNCC:

Olha... eu penso que principalmente, com o governo vigente, vários setores estão sofrendo com a questão da censura, né. E trabalhar sexualidade sempre foi um tabu na sociedade. Então eu penso que sempre vai ser uma briga da ciência com relação ao conservadorismo, a sociedade né (P5).

As falas acima descritas nos remetem a um discurso muito marcante proferido pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, logo após a divulgação do resultado da eleição presidencial, no dia nove de novembro de dois mil e dezoito. Na ocasião, o presidente eleito se dirigia a seus eleitores para falar sobre seu plano de seu governo e apresentar o seu *time de ministros*, que nas palavras dele, iria *salvar a economia do país*. Num dos trechos do seu discurso, o presidente comentou sobre a indefinição do ministro da educação, por se tratar de *um ministério complicado*. Em seguida, mencionou um texto sobre o linguajar usado por homossexuais e travestis utilizado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2018, no qual se mostrava indignado e o categorizou de estar impregnado de *ideologia de gênero*.

Em seu discurso, o qual reproduzimos a seguir, há uma ideia retrógrada de educação sexual:

Quando o filho tá indo pra escola não é pra aprender a fazer sexo não [...] quando o pai bota o filho pra escola, é que ele quer que ele aprenda alguma coisa. Nós sabemos que a educação quem dá é os pais, a instrução é da escola e queremos mudar isso [...] nós queremos a normalidade. (BOLSONARO, 2018)

A perspectiva de educação sexual manifestada na fala do presidente que se reveste de defesa da ordem e moralização dos costumes, não só reforça a perspectiva de negação do pluralismo, como desqualifica a diversidade sexual. O ativismo religioso conservador em situações estratégicas de decisão política é também observado nos comentários do P1 e do P2:

eu acredito que grande parte dessa censura que ocorre para que esse tema não seja tão difundido na escola né, nos documentos referenciais é a influência da religião que hoje é muito presente na política brasileira. Então em todos os seguimentos da... de... fundamentação desses documentos, existe uma influência muito grande dessas bancadas é... cristãs, ditas né, cristãs, evangélicas (P1).

É uma censura mais religiosa, voltada para questão religiosa do que pra questão da educação mesmo. Porque a pessoa que põe essa censura ela não tá percebendo, ela não tá acompanhando o crescimento (...) que tá tendo crescimento da vida sexual das crianças né. Gravidez indesejada, DST que estão aparecendo... Hoje em dia as crianças já falam em namorar, em beijar na boca né (P2).

Os preceitos religiosos e fundamentalistas que alicerçam o debate sobre questões vinculadas à sexualidade são também mencionados pela P3 e pela P8 ao se recordarem das declarações controversas de Damares Alves – Ministra do governo Bolsonaro – responsável pela pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos. Veja-se, portanto, os comentários da P3 e da P8:

Então, a nossa ministra da família aí dos direitos humanos ela é uma das responsáveis por criar mitos em relação ao que nós queremos que a mulecada se compreenda direito, ela fala que a gente é a favor da pedofilia, que a gente é a favor dessas monstruosidades. Bom, se a gente quer educar pra ter denúncia, nós não podemos ser a favor. Quando eles desmontam todas as políticas públicas relacionadas ao que acontece na sociedade brasileira, me parece que eles são bem mais a favor do que eles pensam né, porque é... quando eles falam que eles são conservadores a gente nunca pode deixar de perguntar: *mas o que eles querem conservar?* (...) Então a gente precisa contextualizar e debater essas questões pra gente entender exatamente pra que lado vai as políticas públicas né. Só que os meios de comunicação fazem um papel de convencimento importante e as pessoas acabam esquecendo que elas também pensam né, engolem o que os governos e as propagandas falam, acham que é certo e pronto! (P3).

Eu posso não posso impor uma ideologia minha sei lá... contra uma razão maior, contra um motivo maior só porque se dizem que não é certo. Então tem muito a ver com quem está no governo, com quem está no poder nesse momento. Quando eu vejo a ministra, a sinistra né, a Damaris colocando o pensamento dela eu fico pensando de que caverna ela saiu. A palavra é essa “caverna”! (P8)

As críticas da P3 e da P8 referem-se a duas declarações da ministra Damares Alves que repercutiram intensamente na mídia. A primeira que vamos comentar ocorreu no início de 2020, com a proposta da ministra de incluir a abstinência sexual como política pública de prevenção à gravidez na adolescência e outras situações de risco à saúde reprodutiva e sexual. Em nota divulgada pelo jornal O Globo², a pasta comandada por Damares justificou que *o início precoce da vida sexual, leva a comportamentos antissociais ou delinquentes e afastamento dos pais, escola e fé, entre outras consequências*.

Tais declarações levaram diversas entidades brasileiras a se posicionarem contra a proposta da Ministra. A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) argumentou que proposta da ministra além de ineficaz, não tem respaldo científico, pois as únicas ferramentas eficazes para reduzir os índices de gravidez na adolescência são o acesso à educação e à informação, em conjunto com as ações dos serviços de saúde capacitados. “A abstinência somente é saudável se for uma escolha genuína do adolescente e não uma imposição ou a única opção oferecida” (SILVA, 2020, n.p). Em outras palavras, esse é um problema de raízes profundas, que pode ser minimizado com educação sexual e não com medidas simplistas ou ideológicas.

A segunda polêmica que a P3 e a P8 fizeram referência ocorreu no início de 2019 com a divulgação de um vídeo nas redes sociais, gravado logo após o fim do discurso de posse da ministra Damares Alves, no qual manifestou a seguinte convicção: *menino veste azul e menina veste rosa*, sendo esta, a marca de uma *nova era no Brasil*. Em sua fala, a referida ministra reafirmava pretender acabar com o abuso da doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil e que a revolução estava apenas começando (QUINTALHA, 2019).

² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministerio-de-damares-defende-em-nota-tecnica-que-inicio-precoce-da-vida-sexual-leva-delinquencia-24212017>>. Acesso em 10/01/2021.

Diante da repercussão dessas colocações, a ministra Damaris justificou que se tratava de uma declaração contra a *ideologia de gênero*. Na visão da ministra a *ideologia de gênero* é um elemento doutrinador de crianças que traria a destruição da família tradicional cristã - composta por pai, mãe e filhos, a qual entende ser o único modelo normal – e, portanto, precisa ser combatida. A difusão de mensagens sexistas, carregadas de termos simplistas e de visões estigmatizadas

têm reflexo na vida do menino afeminado que usa cor de rosa e sofre bullying, da menina trans que não consegue ir na escola, das mulheres que são espancadas por seus maridos. Isso não é diversionismo. Isso é efeito concreto de ideologia na vida das pessoas (QUINTALHA, 2019).

Falácias como as proferidas por membros do atual governo se tornaram a bandeira das bancadas políticas religiosas, que discordam da abordagem de questões de gênero e diversidade sexual nos espaços públicos, como a escola. Esses grupos enxergam qualquer pensamento diferente do deles como uma ameaça, que deve ser combatida com disciplina e repressão.

A socialização sexista não apenas redefine papéis sociais de homens e mulheres de forma desigual, como se constitui em um poderoso instrumento para se projetar essas mesmas posições de gênero e sexualidade, entre possíveis modos de ser, viver e experimentar os corpos (LOURO, 1997).

Ainda sobre a polêmica da inclusão/exclusão das questões de gênero e sexualidade no processo de elaboração da BNCC, destacamos a fala P4 ao comentar sobre o significado simbólico dos documentos curriculares nacionais e seu papel legitimador das práticas docentes:

Eu acompanhei um pouquinho a questão da Base né que tirou a palavra gênero e tem a palavra sexo né. (...) se não está num documento que é nacional, automaticamente está se dizendo que não é legítimo falar sobre isso né. (...) são questões que não só a gente enquanto adultos, mas os adolescentes trazem também desde muito novos. Então se a gente não tem um documento que respalda isso como é que a gente vai trabalhar né? (...) A gente sabe que uma mulher cisgenero vai ser vista na sociedade de uma forma, a mulher transgênero de outra (...) é bem problemático a gente não ter esse espaço na escola como legítimo (P4).

A fala em questão e os demais comentários até aqui discorridos nos remete ao pensamento de Arroyo (2011) quando aponta que o currículo passou a ser o território mais normatizado e mais disputado de todos os tempos.

Segundo o referido autor:

Nossas identidades têm como referência recortes do currículo. Somos licenciados para uma disciplina-recorte do currículo. Mestres e educando seremos avaliados, aprovados ou reprovados, receberemos bônus ou castigos por resultados no ensinar-aprender as competências previstas no currículo. A sorte dos alunos está igualmente atrelada ao currículo para seus êxitos ou fracassos e para seus percursos normais ou truncados. Mas também seu direito à educação recebe garantias do currículo (ARROYO, 2011, p.15).

Para Louro (1997; 2003) a escola não só reproduz ou reflete concepções de gênero e sexualidade difundidas na sociedade, ela própria encarrega-se de produzi-las. Utilizando como exemplo as experiências escolares colhidas em artigos acadêmicos, a autora explica que a escola pratica a *pedagogia da sexualidade* por meio de estratégias de disciplinização dos corpos. Para a autora, “tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas quase sempre, eficiente e duradoura” (LOURO, 2003, p. 17).

Nessa direção, Britzman (2003) tece uma crítica quanto à forma como sexualidade é organizada no currículo. Segundo a autora, na maioria das vezes, a discussão em torno dessa temática contempla apenas o conhecimento de fatos com ênfase no que é certo ou errado e, portanto, atrelado a discursos normativos que “defendem uma forma cultural apropriada e uma idade apropriada para a sexualidade” (BRITZMAN, 2003, p. 104). Nessa perspectiva, afirma a autora, alguns grupos não são incluídos na descrição daquilo que é considerado adequado.

Para Ribeiro (2017) estamos vivendo atualmente no Brasil um momento potencialmente perigoso em que se prega a ruptura do Estado democrático de direito conquistado ao longo da nossa história. A ofensiva do campo religioso tem conseguindo atrair contingentes substanciais em protestos nas ruas e mobilizar discursos que objetivam a manutenção de seus interesses para incidir políticas

regressivas no campo da sexualidade e dos direitos reprodutivos. Esse ativismo sob a capa de pregação religiosa que atenta contra os direitos humanos e o campo educacional tem retrocedido cerca de 80 anos nos avanços conquistados nas políticas públicas especialmente, as direcionadas para as questões de equidade de gênero (RIBEIRO, 2017).

Diante da relevância e da urgência dessa temática fazer parte da educação no Brasil, se faz necessário ampliar a noção de sexualidade dos professores para possam lidar com as dificuldades resultantes de tabus e preconceitos enraizados na vida social e contribuir na formação de pessoas em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com este estudo analisar de que maneira a educação sexual insere-se nas diferentes versões da BNCC, bem como, a percepção dos professores sobre as narrativas e disputas que intermediaram o processo de elaboração do referido referencial curricular.

O exame das diferentes versões da BNCC revelou que da primeira para a terceira versão houve mudanças significativas na abordagem das questões de gênero e sexualidade em todas as etapas da Educação básica. De modo geral, havia não somente menções aos termos ora suprimidos na versão oficial como também uma visão mais crítica e reflexiva sobre a diversidade sexual.

No entanto, a atuação incisiva das bancadas políticas conservadoras, culminou na retirada dos conceitos de gênero e de orientação sexual, deixando de evidenciar dimensões importantes no documento final, configurando um profundo retrocesso, principalmente quando comparada com as diretrizes preconizadas na década de 1990 pelos PCN.

Com relação às políticas regressivas no campo da sexualidade na BNCC, foi unânime na percepção dos professores participantes da pesquisa, a presença de grupos conservadores nos espaços decisórios do Estado brasileiro. Todos os docentes participantes da pesquisa consideram que a educação sexual na escola é de fundamental importância para promover reflexão e gerar mudanças de comportamentos com relação à reprodução de desigualdades no ambiente escolar.

Cabe lembrar que a retirada de termos relativos à sexualidade dos referenciais curriculares além de não extinguir das escolas as tensões oriundas diversidade humana, favorece a persistência da intolerância e da violência, enfraquecendo o combate ao preconceito, ao abuso sexual e à violência contra a população LGBTQIAP+.

Para além da superação do senso comum, a compreensão das questões sexuais pode contribuir para que as pessoas passem a entender a sexualidade, a partir da desconstrução de tabus, preconceitos e valores enraizados historicamente na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOLSONARO, Jair Messias. **Canal Notícias do cotidiano**. Ao vivo agora live. Brasília, 9 de Nov. de 2018. Vídeo (canal virtual) – 30:38 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LixPDnDVzp4>> acesso em 14/04/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Primeira versão. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão final homologada. Brasília: MEC, 2017b.

BRITZMAN, Déborah. **Curiosidade, sexualidade e currículo**. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DE OLHO NOS PLANOS. **Base Nacional aprovada, como fica a questão de gênero na escola?** São Paulo, 02 de abr. de 2018. Disponível em < <https://www.deolhonoplanos.org.br/bncc-aprovada-genero-orientacao-sexual/>> acesso em 06/07/2020.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (org). Caderno Temático 11, p. 10-19. São Paulo, 2011.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: Saberes essenciais para quem educa**. Curitiba, CRV, 2018. Não paginado.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Gênero e Ideologia de Gênero: espinhosa relação**. Folha de Londrina, Espaço Aberto, p. 2, 24 jul. 2016.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia**. Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Florianópolis, 6 de Jul. de 2011a. Vídeo (canal virtual). Parte 1 – 7:39 min. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_P3Rn0tfttg> Acesso em: 21 mai. 2020.

FURLANI, Jimena. **Estado, sexualidade e educação: a questão do kit anti-homofobia**. Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC. Florianópolis, 6 de Jul. de 2011b. Vídeo (canal virtual). Parte 2 – 11:45 min. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Fgnl2a6ljzU&t=165s>> Acesso em: 21 mai. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes et al. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares da Silva; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **PNE, a BNCC e as ameaças à democracia**. [Artigo de opinião]. Portal ANPED, Rio de Janeiro, 12/09/2016 21h18 n. p. - Atualizado em 05/01/2018 11h08. Disponível em < <http://www.anped.org.br/news/pne-bncc-e-ameacas-democracia-na-educacao>> acesso em 09/02/2020.

NEIRA, Marcos Garcia; ALVIANO JÚNIOR, Wilson; ALMEIDA, Déberson Ferreira. **A primeira e segunda versões da BNCC: Construção, intenções e condicionantes**. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. (2017). **“Não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais”: O discurso inaugural no “desagendamento” do Kit Gay do MEC**. E-Curriculum, v. 15, n.01, p. 125 – 152.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2010.

QUINALHA, Renan. **“Menino veste azul, menina veste rosa”**: uma polêmica inútil? São Paulo, 4 de janeiro de 2019. Disponível em < <https://revistacult.uol.com.br/home/menino-veste-azul-menina-veste-rosa/> > acesso em 30/12/2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Doutor em sexo. [Entrevista a Celso Gallo]. **A cidade ON Araraquara**, Araraquara, 22 de setembro de 2013. Disponível em < <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,883411,Doutor+em+sexo.aspx> > acesso em 22/09/2020.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Entrevista educação para a sexualidade**. Revista Diversidade e Educação, v. 5, n. 2, p. 07-15, 2017.

SILVA, Luciana Rodrigues. **SBP se posiciona sobre abstinência sexual e prevenção da gravidez na adolescência**. Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Rio de Janeiro. 28/01/2020. Disponível em <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/sbp-se-posiciona-sobre-abstinencia-sexual-e-prevencao-da-gravidez-na-adolescencia/#:~:text=%E2%80%9CA%20abstin%C3%Aancia%20somente%20%C3%A9%20saud%C3%A1vel,o%20acesso%20%C3%A0%20orienta%C3%A7%C3%A3o%20adequada>. Acesso em 10/01/2021.

SOUZA, Rafael de Freitas e; OLIVEIRA, Thiago Fávero de. **A doxa e o logos na educação: o avanço do irracionalismo** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VALLADARES, Maria Teresinha Rosa; et al. **Contexto da construção da primeira e segunda versões da Base Nacional Comum Curricular no componente curricular de geografia**. Giramundo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 7-18, jul. / dez. 2016.

XIMENES, Salomão Barros. **1º que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola sem partido”?** In: AÇÃO EDUCATIVA - ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

XIMENES, Salomão Barros. **Temos um documento tecnocrático e conservador, produzido sem transparência**. [Entrevista a Katia Machado] EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 15/12/2017 16h28 n. p. - Atualizado em 05/01/2018 11h08. Disponível em < <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/temos-um-documento-tecnocratico-e-conservador-produzido-sem-transparencia> > acesso em 09/02/2020.

Conflito de interesses

Eu, **Luciane da Silva Vicente**, na qualidade de autora do manuscrito **A Educação Sexual nas diferentes versões da Base Nacional Comum Curricular: Da abertura ao silenciamento em torno da temática**, declaro:

- Estar ciente de que sou a única responsável pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa qualquer compromisso por parte do SciELO, exceto sua preservação e divulgação.
- Os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dos participantes ou pacientes da pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- A elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas da comunicação científica.
- Os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito são referenciados.
- A pesquisa que originou o manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as aprovações necessárias dos comitês de ética em pesquisa, quando aplicáveis, estão descritas no manuscrito.
- Estar ciente que, uma vez postado no servidor SciELO Preprints , o manuscrito só poderá ser retirado mediante solicitação à Secretaria Editorial do servidor SciELO Preprints , que colocará um aviso de retratação em seu lugar.

Concordar que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob uma licença Creative Commons CC-BY .

- Estar ciente que se o manuscrito estiver em revisão ou preparação para publicação, mas ainda não publicado por uma revista, ter recebido autorização da revista para fazer este depósito.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.